



www.rsf.org

## Moçambique



LUSA

Três anos após o assassinio de Carlos Cardoso,  
nem todos os responsáveis foram identificados

**Novembro de 2003**

**Investigação : Jean-François Julliard**

Um representante de Repórteres sem Fronteiras esteve em Moçambique de 28 de Outubro a 6 de Novembro de 2003 para, três anos após os factos, fazer o balanço da evolução judiciária do dossier Carlos Cardoso, jornalista morto em Maputo, em Novembro de 2000.

Repórteres sem Fronteiras pôde encontrar-se com amigos e familiares do jornalista, antigos colegas de trabalho, profissionais da imprensa, juízes, bem como dirigentes políticos. O representante da Organização foi nomeadamente recebido pelo Ministro da Justiça, José Abudo, mas também pelo Procurador Geral da República, Joaquim Madeira.

Repórteres sem Fronteiras tinha pedido às autoridades moçambicanas autorização para visitar, na prisão, dois dos assassinos de Carlos Cardoso: Momade Abdul Satar (dito « Nini », que acusou o filho do Presidente da República de estar envolvido na morte do jornalista) e Aníbal dos Santos Júnior (apelidado « Anibalzinho, chefe da quadrilha que executou Carlos Cardoso). O delegado da Organização foi autorizado a visitar apenas este último.

## Nem todos os responsáveis foram identificados

No dia 31 de Janeiro de 2003, seis pessoas foram condenadas a penas que vão de vinte e três a vinte e oito anos de prisão pelo assassinio de Carlos Cardoso, Director do jornal *Metical*, em 22 de Novembro de 2000. Durante o processo, dois dos incriminados acusaram o filho mais velho do Presidente da República, Nyimpine Chissano, de 33 anos, de ser o verdadeiro mandante do assassinio do jornalista. Convocado imediatamente a prestar depoimento perante o juiz Augusto Paulino, Nyimpine Chissano negou estar envolvido neste crime de qualquer maneira que fosse.

No dia seguinte ao pronunciamento do veredicto, a mãe do jornalista, Maria Luísa Cardoso, mostrou indignação à agência de imprensa portuguesa *Lusa* : « E o filho do Presidente continua em liberdade! »

No entanto, ao final de Dezembro de 2002, pouco antes do fim do processo, o Procurador Geral da República, Joaquim Madeira, tinha anunciado a abertura de uma investigação para determinar a eventual responsabilidade de Nyimpine Chissano no assassinio de Carlos Cardoso. Do dossier, que recebeu o número 149/PRC/2003, constam não só o filho do Presidente da República como também três pessoas que lhe são próximas: Octavio Mutemba, ex-ministro e responsável pelo Banco Austral; Apolinário Pataguana, Director da Expresso Tours, agência de viagens de que Nyimpine Chissano é proprietário; e Cândida Cossa, mulher de negócios e ex-oficial dos serviços alfandegários.

As pessoas que o representante de Repórteres sem Fronteiras encontrou durante a sua missão têm a mais profunda convicção de que nem todos os responsáveis pelo assassinio foram encontrados. Afirmam unanimemente que outro mandante se esconde por trás dos seis condenados. Mas ninguém acusa categoricamente Nyimpine Chissano. « Pode ser ele ou alguma outra pessoa muito influente », declara um ex-colega de Carlos Cardoso.

Na sua cela do presídio de segurança máxima de Maputo, Anibalzinho declarou a Repórteres sem Fronteiras ser o único a conhecer toda a verdade. « Vou morrer aqui. Algumas pessoas lá fora desejam que eu morra aqui. Se, um dia, houver novo processo, então talvez eu diga tudo o que sei ». Interrogado a respeito da existência de outros responsáveis pela morte do jornalista que ainda estariam em liberdade, o detento afirmou : « Não posso responder ». Antes de acrescentar : « Eu matei Cardoso, mas não ordenei que o matassem ».

### **Um processo exemplar**

Dois anos após os fatos, em 18 de Novembro de 2002, tem início em Maputo o processo das seis pessoas acusadas do assassinio de Carlos Cardoso. Após um mês de audiências e várias semanas de deliberação, o juiz Augusto Paulino pronuncia o veredicto, em 31 de Janeiro de 2003. Os seis incriminados são condenados a penas que vão de vinte e três a vinte e oito anos de prisão. Este processo realizou-se num tribunal especial instaurado no interior do próprio presídio de segurança máxima para se evitarem "transtornos na ordem pública". Os jornalistas foram autorizados a assistir aos debates e todas as audiências foram objecto de retransmissão directa pela televisão e rádios nacionais.

Momade Abdul Satar (« Nini ») foi condenado a vinte e quatro anos de prisão; Ayob Abdul Satar, Vicente Ramaya, Manuel Fernandes e Carlos Rachid Cassamo a vinte e três anos e meio. Esses três acusados foram declarados culpados de "homicídio" no assassinio de Carlos Cardoso.

Um sexto homem, Aníbal António dos Santos Júnior (« Anibalzinho »), também foi condenado à revelia a vinte e oito anos de prisão e quinze anos de privação dos direitos cívicos. Tinha fugido da prisão de segurança máxima de Maputo em Setembro de 2002, antes de ser novamente capturado em Janeiro de 2003.

### « Ninguém está acima das leis »

Actualmente, a investigação relativa à eventual implicação de Nyimpine Chissano no assassinio do jornalista está em curso. De acordo com Lucinda Cruz, advogada da família Cardoso, tanto quanto é do seu conhecimento, pouco ou nada foi feito a nível de investigação em 2003. Quanto ao Procurador Geral da República, Joaquim Madeira, afirma que os investigadores estavam a esperar o fim do processo dos polícias acusados de terem facilitado a evasão de Anibalzinho (um dos assassinos do jornalista que tinha conseguido fugir em Setembro de 2002, antes de ser novamente capturado) pois, naquela ocasião, queriam obter novas informações sobre o caso Cardoso.

« As investigações reiniciaram-se desde o fim do processo dos responsáveis pela fuga de Anibalzinho. Portanto, não é justo dizer que o processo não está a avançar porque o filho do Chefe de Estado está envolvido no crime. É simplesmente falso », declarou Joaquim Madeira a Repórteres sem Fronteiras. « Nomeei até mesmo um assistente, Rafael Sebastião, para encarregar-se exclusivamente desse dossier », acrescentou.

O Procurador Geral insistiu no facto de que, em Moçambique, « ninguém está acima das leis. Nyimpine Chissano é um cidadão igual aos outros e deve respeitar a lei. Mas, como o quer a lei, presume-se, antes de tudo, que seja inocente».

O Chefe de Estado, Joaquim Chissano, manifestou-se várias vezes a respeito desse caso, afirmando que não interferiria no curso da Justiça, mesmo após ter sido evocado o nome do filho.

### **Em 22 de Novembro de 2000, um jornalista cai morto em pleno centro de Maputo**

Carlos Cardoso, Director do diário *Metical*, foi assassinado, em 22 de Novembro de 2000, na Avenida Mártires de Machava, em Maputo. Estava no seu automóvel com o motorista quando dois homens lhe bloquearam a passagem e abriram fogo. Carlos Cardoso, atingido por vários disparos na cabeça, teve morte instantânea. O seu motorista ficou gravemente ferido.

Antes da morte, o jornalista estava a fazer investigações sobre o maior escândalo financeiro do país desde a sua independência: o desvio de uma soma equivalente a 14 milhões de euros do Banco Comercial de Moçambique (BCM). Nos seus artigos, tinha citado nomeadamente Satar e Vicente Ramaya, três homens de negócios muito influentes.

Quanto aos resultados dessa investigação, o Procurador Geral da República explicou que lhe era impossível indicar uma data precisa para a sua publicação, mas acrescentou que as investigações estavam « mais próximas do fim que do início ».

A advogada da família Cardoso insiste num ponto : « Agora, devem pronunciar-se. Qualquer que seja o resultado, não podem deixar o processo parado indefinidamente, sem dizer nada, devendo esclarecer a que conclusões é que chegaram e o que fizeram para chegar a essas conclusões. O povo moçambicano tem o direito de saber ».

## O filho do Presidente mentiu

Várias pessoas que Repórteres sem Fronteiras encontrou em Maputo afirmam que o suposto envolvimento de Nyimpine Chissano atrasa inevitavelmente as investigações. « Digam o que disserem, o facto de o nome do filho do Presidente ter sido mencionado traz forçosamente conseqüências ao trabalho dos investigadores. O mesmo aconteceria em qualquer canto do mundo. Não é fácil fazer-se uma investigação sobre a família do Chefe de Estado », afirmou um jornalista.

A maioria das pessoas questionadas também afirma que duvida do facto de que, um dia, possa realmente haver processo contra Nyimpine Chissano. « No entanto, no tribunal, ele mentiu. Isso é mais do que certo. Principalmente no que diz respeito ao Banco Austral [o filho do Chefe de Estado negou ter trabalhado para este Banco, mas um jornal local publicou o seu contrato] », declarou Paul Fauvet, responsável pelo serviço de inglês na Agência de Imprensa Moçambicana (*AIM*), e co-autor de um livro consagrado a Carlos Cardoso. « Este caso desgastou muito a imagem de Nyimpine Chissano e não há dúvida alguma sobre a sua ligação com os negócios dos irmãos Satar [condenados por terem organizado o crime]», acrescentou o jornalista. Desejando conservar o anonimato, um dos investigadores confirmou : « Acusações contra os irmãos Satar não bastam. São necessárias outras provas. Mas, o que é certo, é que Nyimpine e Nini [Momade Abdul Satar] se conhecem e são amigos ».

## Acusações e coincidências espantosas

Ao final de Setembro de 2003, sete polícias acusados de terem facilitado a fuga de Anibalzinho foram inocentados pelo tribunal da província de Maputo. O juiz Carlos Caetano, encarregado do processo, criticou o Ministério Público pela falta de seriedade com que tratou o caso. Censurou os serviços da Procuradoria por terem dado prova de negligência e não terem feito todas as investigações necessárias. O juiz acrescentou que os sete polícias eram apenas « bodes expiatórios destinados a ocultar os intocáveis ». Durante o processo, Momade Abdul Satar acusou o filho do Presidente de ser o responsável pela fuga de Anibalzinho, para impedi-lo de dar o seu testemunho no caso Cardoso.

Por fim, o juiz Caetano ficou surpreso com o comportamento da guarda presidencial. Esta unidade de elite da polícia não tem o costume de estar presente nas prisões. No entanto, membros da guarda presidencial foram enviados à prisão de segurança máxima no dia em que Anibalzinho entrou, em Fevereiro de 2001, e deixaram o sítio somente no dia seguinte ao da sua evasão. Em todo caso, hoje parece evidente que, para fugir, Anibalzinho teve a ajuda de cúmplices dentro da prisão e no seio da polícia.

Vários jornalistas também ficaram surpresos ao saberem da captura de Anibalzinho no mesmo dia do pronunciamento do veredicto, em 31 de Janeiro de 2003; logo, tarde demais para que testemunhasse perante o tribunal. Um deles lembra-se de que um diário sul-africano, *The Sowetan*, tinha publicado a notícia de que a polícia sul-africana teria, na verdade, capturado o foragido vários dias antes e mantido a sua captura em segredo sem motivo aparente.

Por outro lado, ao final de Fevereiro de 2003, Cândida Cossa, mulher de negócios próxima de Nyimpine Chissano, declarou que tinha mentido perante a tribunal para proteger o filho do Presidente. Durante o processo, Momade Abdul Satar tinha apresentado ao tribunal cheques assinados por Nyimpine Chissano que eram, segundo ele, prova de que o filho do Presidente tinha pagado pelo assassinio de Carlos Cardoso. Cândida Cossa tinha afirmado, naquela ocasião, que os cheques lhe eram destinados e deviam servir de garantia para um empréstimo. Algumas semanas mais tarde, a rica mulher de negócios pediu para ser novamente ouvida pela justiça. Então, negou o que tinha dito na primeira ocasião e afirmou que tinha sido obrigada a mentir pelo próprio Nyimpine Chissano.

## Consequências políticas

Joaquim Chissano, que dirige o país desde 1986, goza de boa reputação tanto na comunidade internacional quanto em Moçambique. No entanto, já anunciou que não se candidatará às eleições presidenciais que deverão ocorrer ao final de 2004. O processo Cardoso é um dossier delicado e, segundo analistas da vida política local, Joaquim Chissano está dividido entre o facto de preservar a família de qualquer envolvimento em assuntos criminais e a vontade de levar a cabo os seus compromissos, deixando a justiça fazer o seu trabalho com toda a independência, qualquer que seja o seu desenlace.

Se, oficialmente, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique, actualmente no poder) optar por dar apoio ao Presidente, as lutas internas no seio do partido poderiam ter conseqüências sobre o final da investigação. Alguns dirigentes políticos que se opõem ao Chefe de Estado dentro do seu próprio partido poderiam, no momento das eleições, tentar trazer de volta esse dossier à cena pública para desestabilizar os fiéis ao Presidente. Outros também poderiam tentar livrar-se de uma vez por todas desse incómodo dossier, com o objectivo de resgatar a imagem do partido e isentá-lo de qualquer suspeita.

Também é provável que, inquietos com as conseqüências dessa história sobre as eleições e a estabilidade política do país, importantes dirigentes queiram enterrar definitivamente a questão. No parecer de numerosos observadores, a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique, partido de oposição) nunca teve a oportunidade de subir ao poder e pouca coisa bastaria para que a maioria dos votos passasse de um campo ao outro.

#### **Toda uma vida a combater a injustiça**

Carlos Cardoso nasceu em 1951, na Beira, no centro de Moçambique. Estudou na África do Sul, de onde foi expulso em 1974 por ter-se manifestado contra o sistema de *apartheid*. Iniciou a sua carreira de jornalista na imprensa oficial. Em 1982, ficou preso durante seis dias por ter escrito um editorial sobre a guerra no país. Após três anos dedicados à pintura, funda, em 1992, uma cooperativa de jornalistas, a Mediacoop, e um diário difundido através de telefax, o *Mediafax*. Em 1997, funda um novo diário divulgado por telefax e por correio electrónico, o *Metical*.

Carlos Cardoso, que também exercia actividades políticas, era membro da Câmara Municipal de Maputo desde 1998. Era casado e pai de dois filhos.

### Hesitações da imprensa

Desde Setembro de 2002, muitos jornalistas sabiam que o nome de Nyimpine Chissano tinha sido citado durante uma reunião a sete chaves entre o juiz e os advogados das duas partes. « Naquele momento, nenhum deles fez declarações. Foi preciso esperar uma semana para que alguém aludisse ao « filho do galo », sem ousar escrever o nome de Nyimpine Chissano », conta Fernando Lima, Director do semanário privado *Savana*. Quando o nome do filho do Presidente foi citado no processo, os *mass media* locais aproveitaram-se amplamente do facto e levaram as acusações às primeiras páginas. Os

jornalistas que a Organização encontrou afirmam de maneira unânime que a morte de Carlos Cardoso mudou muita coisa na sua maneira de trabalhar. « O medo fez com que a auto-censura aumentasse», afirma o director de um outro jornal local.

« Após a morte de Carlos, nenhum jornal substituiu o *Metical* em termos de qualidade, diz o director de *Savana*. O seu jornal levantava o nível dos outros, estimulava-nos a todos. Hoje, a imprensa de investigação já não existe. Ainda temos um pouco de coragem, mas já não vamos ao fundo dos factos».

« Um dia, saberemos toda a verdade »

O juiz Augusto Paulino, encarregado do processo dos assassinos de Carlos Cardoso, continua confiante : « Acho que conhecemos grande parte da verdade. No mundo do crime organizado, é difícil saber-se tudo. Outras pessoas estão seguramente envolvidas neste crime e é provável que ainda haja um ou dois mandantes a serem identificados, mas estou certo de que, um dia, saberemos toda a verdade. Pode levar algum tempo, mas saberemos ».

A justiça moçambicana já deu provas do seu compromisso com o respeito pelo Estado de direito e contra a impunidade. Neste sentido, o processo dos assassinos de Carlos Cardoso é exemplar. Foi a primeira vez, em África, que os responsáveis pela morte de um jornalista foram julgados e condenados a duras penas de prisão. De agora em diante, é preciso que a Justiça, encorajada pelas autoridades políticas, respeite os seus compromissos até ao fim e faça tudo para esclarecer os pontos obscuros que ainda planam sobre o caso. Não se pode permitir impunidade parcial. Todos os responsáveis devem ser desmascarados e punidos.

Moçambique deve dar continuidade aos seus esforços para provar que, em África, a impunidade não é inelutável; para mostrar aos outros assassinos de jornalistas que continuam em liberdade em Angola, Burkina Faso, Costa do Marfim, Nigéria ou alhures, que, um dia, também eles deverão responder pelos seus actos.